

PROJETO DE LEI Nº 038/2024 09 MAIO DE 2024 AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA OS  
FINS QUE MENCIONA.

LIDO EM: 13/05 2024

ENCAMINHADO À 13/05/2024 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO  
13/05/2024 COMISSÃO DE ECONOMIA FINANÇAS

Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia 20/05/2024

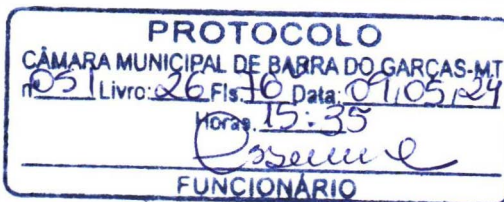
*Heio Bene*

**EXECUTIVO**

**REDAÇÃO FINAL**



**MENSAGEM Nº 038 DE 09 DE maio DE 2024.**



Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

A Mensagem em apreço encaminha para a elevada apreciação dos Senhores, o Projeto de Lei incluso, que tem por objetivo locar um imóvel para o uso e funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças.

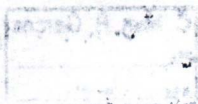
A locação do imóvel se faz necessária para melhor acomodação dos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Finanças, bem como para armazenamento de arquivos desta pasta.

Razão pela qual esperamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

Barra do Garças/MT, 09 de maio de 2024.

*[assinatura]*  
**ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**  
Prefeito Municipal

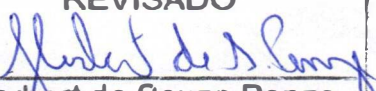
Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia 20/05/2024  
*[assinatura]*  
Cilma Balbino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996



Aprovado por unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia \_\_\_\_\_

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO  
Conforme Art. 9 inciso XXI da  
Lei Compl. 181, de 29/03/2016

**REVISADO**

  
**Herbert de Souza Penze**  
Procurador-Geral do Município  
Portaria Nº 17.001, de 01/01/2021  
OAR/MT - 224751-0



PROJETO DE LEI Nº 038 DE 09 DE maio DE 2024.

PROTÓCOLO  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT  
nº 051 Livro: 25 Fls. 30 Data: 09/05/24  
Horas: 15:35  
[assinatura]  
FUNCIONÁRIO

"Dispõe sobre a locação de imóvel para os fins que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ADILSON GONÇALVES DE MACEDO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a locar o imóvel situado na Rua Carajás, 485, Apartamento III, 2º Andar, Centro, nesta cidade de Barra do Garças – MT, de propriedade do Sr. Edney Coelho de Freitas Melo, brasileira, portadora do RG nº 06919367, devidamente inscrita no CPF sob o nº 468.616.701-97, para uso e funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças.

**Parágrafo único.** O valor mensal da locação deverá corresponder ao valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**Art. 2º** O prazo previsto para a locação será até o dia 31 de dezembro de 2024.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, 09 de maio de 2024.

[assinatura]  
ADILSON GONÇALVES DE MACEDO  
Prefeito Municipal

Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do  
Dia 20/05/2024  
[assinatura]  
Gilma Balbino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996



APPROVADO POR UNANIMIDADE  
SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Conforme Art. 9 inciso XXI da  
Lei Compl. 181, de 29/03/2016  
**REVISADO**  
  
**Robert de Souza Penze**  
Procurador-Geral do Município  
Lei Nº 17.001, de 01/01/2021  
AD/MT 22475/-0





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS GARÇAS

|      |                |
|------|----------------|
| C    | Mun. B. Garças |
| Fls. | 003            |
| Ass. |                |

Barra do Garças- MT 22 de abril de 2024

Memo. Nº 45/2024

**Da: Secretaria Municipal de Finanças**  
**Dr. Herbert de Souza Penze**  
Procurador-Geral do Município

**Assunto:** Solicitação Projeto de Lei

Senhor Procurador-Geral,

A par de cumprimentá-lo, através do presente solicitamos o encaminhamento a Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei, tendo como ementa o aluguel de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças, o imóvel pretendido, está localizado na Rua Carajás, nº 485, Apartamento III, 2º Andar- Centro, Cep 78.600-000, no valor de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, por um período de 3 meses, podendo ser prorrogado; em nome de **Edney Coelho de Freitas Melo**; tal contratação se faz necessária em virtude da falta de espaço, para ser utilizado para armazenamento de arquivos e acomodação de servidores efetivos que atualmente se encontram em espaços estreitos devido ao quantitativo de servidores.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores informações julgadas pertinentes.

Atenciosamente,

**Luene Pereira de Souza**  
Secretária de Finanças

Barra do Garças 20.966 de 01 de fevereiro de 2024.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
AUTARQUIA DE IDENTIFICAÇÃO

NOME: **ISLANDIA ROSA REZENDE**

FILIAÇÃO: **OSLÂNIO ROSA DE MATEOS**

NOME SOLTEIRO: **ROSALY REZENDE DE MATEOS**

DATA NASCIMENTO: **21/02/1981**

NATURALIDADE: **BARÇA DO GARÇAS - MT**

COBRANÇA: **REGULAR**





CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF: **827531001-44** OAB/GO: **1237558 2ª VIA**

DATA DE EMISSÃO: **24/04/2023**

REGISTRO CIVIL  
CERTIDÃO DE CASAMENTO COM AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO 4963 20  
PISIA ARAGARÇAS-GO EM 05/10/2012

T. RESIDÊNCIA: **BARÇA** E.T.R.: **BARÇA** NOME: **IS**

PROFISSÃO: **PROFISSIONAL**

DATA: **24/04/2023** C.R.: **REGULAR**

CPF: **827531001-44**





POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA




*Edney Coelho de Freitas Melo*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CE-91935-7

DATA DE EXPIRAÇÃO: 22/10/2008

NOME: EDNEY COELHO DE FREITAS MELO

FILIAÇÃO: ARMANDO CARREIRO DE FREITAS

GRATIA COELHO DE FREITAS

NATURALIDADE: MATO GROSSO

DATA DE NASCIMENTO: 07/05/1969

OPÇÃO: CAEM CIV. B22 512 35

TERMO: 2059

MARPA DE GARÇAS-MT

*Edney Coelho de Freitas Melo*

ASSINATURA DO TITULAR

C Mun. B. Garças

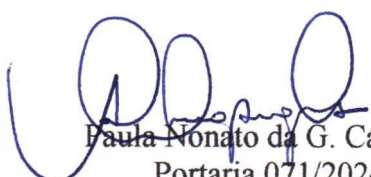
Fls. 306

Ass. *[Signature]*

## CERTIDÃO

Em análise minuciosa à documentação física, eletrônica e digital existente no Setor de Arquivo desta Casa Legislativa, certifico que não consta nenhuma proposição, de autoria do Poder Executivo e do Poder Legislativo, que dispõe sobre a locação de imóvel para os fins que menciona, inexistindo qualquer óbice para a apresentação do Projeto de Lei nº 038, de 09 maio de 2024, pelo Exmo. Prefeito Municipal Adilson Gonçalves de Macedo.

Barra do Garças - MT, 16 de Maio de 2024



Paula Nonato da G. Candido  
Portaria 071/2024  
Chefe do Arquivo



**Parecer nº: 044/2024**

*Projeto de Lei nº 148/2023, de 24 de novembro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que: "Dispõe sobre a locação de imóveis da Administração Pública Municipal para os fins que menciona."*

## **I – RELATÓRIO**

01. Trata-se de *Projeto de Lei nº 148/2023, de 24 de novembro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que: "Dispõe sobre a locação de imóveis da Administração Pública Municipal para os fins que menciona."*
02. Foi apresentada mensagem junto ao Projeto de Lei informando que os imóveis visam a instalação das respectivas secretarias ali elencadas.
03. Já o projeto autoriza o prefeito a locar o imóvel ali descrito, com prazo de locação até o dia 31 de dezembro de 2021. Estabelecendo por fim as dotações orçamentárias das quais correrão as despesas decorrentes desta lei.
04. É o relatório.

## **II – PARECER**

05. A análise da validade ou não de um projeto de lei deve necessariamente passar por três aspectos distintos, que são a competência, onde observaremos se a matéria é de competência do município e se dentro do município deve ser proposta pelo poder executivo ou pelo poder legislativo; a forma, superada a questão da competência deve-se atentar para a forma em que deve ser apresentado, se como lei complementar ou como lei ordinária, e por fim devemos observar a legalidade do projeto, ou seja, se esse, caso aprovado, estaria apto a produzir efeitos no mundo jurídico, respeitando os requisitos supra e não desrespeitando nenhuma norma a ele hierarquicamente superior, dadas essas explicações passamos a análise dos requisitos mencionados:
06. **- Da Competência** – É indiscutível a competência do município para legislar sobre a matéria, estando prevista tanto na CF quanto na LOM sua competência para legislar sobre assunto de seu peculiar interesse:

### ***Constituição Federal***

***"Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - Legislar sobre assuntos de interesse local;***

***(...)"***



*Lei Orgânica do Município de Barra do Garças*

*“Artigo 10 – Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

*I – Legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;*

*II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que lhe couber;*

*(...)”*

07. Por outro lado, nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica do Município, a iniciativa das leis complementares e ordinárias também cabe ao Prefeito. Assim, não há invasão da esfera de competência:

*“Artigo 46 – A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.”*

08. Portanto, não há qualquer mácula na apresentação do projeto pelo Alcaide.

09. - **Da Forma:** A matéria tratada não se encontra dentre aquelas constantes do artigo 48 da Lei Orgânica e que devem obrigatoriamente serem propostas sob a forma de lei complementar.

10. - **Da Legalidade:** Em análise ao projeto apresentado, a princípio, vislumbra-se a legalidade de autorizar o Poder Executivo a locar imóvel para a instalação de órgão, buscando oferecer melhores condições de atendimento à população.

11. Assim, a locação não é proibida e encontra respaldo na Lei 14.133/21, em especial no artigo 74, V, §5º:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(...)*

*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*(...)*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*



*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela”.*

12. Os Imóveis definidos aparentemente, segundo a justificativa, são os que melhor atendem as necessidades da administração, dada a localização e estrutura física com dimensões capazes de atender aos reclamos e interesse de cada órgão.

13. Sobre o assunto Marçal Justen Filho, que ressalta:

*As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível à competição entre os particulares.”*

14. O assunto também é definido por Sérgio Ferraz e Lucia Valle Figueiredo que, opinam sobre compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, como bem se reportam:

*Imóvel destinado ao “serviço público”, aquele a ser usado como alojamento, local de trabalho ou moradia de servidor, desde que sua localização e instalações se apresentem como viabilizadoras do melhor desempenho, para o interesse público, das atividades administrativas. (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação p.69)*

15. No caso em apreço, apesar de o projeto não ferir os princípios constitucionais, demonstrando o interesse público, pedindo autorização legislativa, e indicando que as despesas decorrentes do projeto de lei correrão por conta de dotação orçamentária citadas.

16. Ele não traz o valor a ser pago pela locação, mas apenas referência genérica ao valor de compatibilidade com o valor de mercado, e nem o demonstrativo de cumprimento do disposto no artigo 74, V, §5º da lei 14.133/2021, porém para cumprimento da legislação federal, mesmo com autorização legislativa o processo deverá ser precedido pelo competente processo licitatório, mesmo que por inexigibilidade, momento em que por certo serão sanados tais vícios.

### III- CONCLUSÃO

17. Portanto, apresentada a mensagem, respeitada a regra de competência, da ótica legal, observados os apontamentos feitos acima, se verificado o recomendado no item anterior do presente parecer, este Advogado **OPINA pela viabilidade técnica e jurídica do projeto**, cabendo aos vereadores análise de mérito.

18. No que tange ao mérito, a Procuradoria Legislativa não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto as formalidades legais e regimentais.



19. Esclareço ainda ser o presente parecer meramente explicativo, não vinculando os nobres vereadores, e se aprovado no mérito e pelas Comissões, o projeto produzirá seus efeitos, até eventual controle a posteriori.

20. É o parecer, sob censura.

Barra do Garças, 09 de maio de 2024.



**HEROS PENA**

Procurador Jurídico

Portaria: 49/2012 - OAB/MT: 14.385-B

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

Projeto de Lei nº 038/2024 de  
autoria do PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E  
REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI, em epígrafe, resolve exarar PARECER  
FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 20 de maio de 2024.

**APROVADO**  
EM SESSÃO 20/05/2024  
[assinatura]  
Cilma Balbino de Sousa  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996

[assinatura]  
Ver. JAIRO GEHM  
Presidente

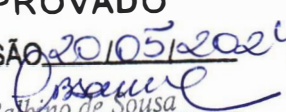
[assinatura]  
Ver. PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO  
Relator

[assinatura]  
Ver. JAIRO MARQUES FERREIRA  
Vogal

**COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS, FORMULADO PELOS VEREADORES SR. RONAIR DE JESUS NUNES – PRESIDENTE, HADEILTON TANNER ARAÚJO, PAULO BENTO DE MORAIS – MEMBROS.**

**Projeto de Lei n.º 038/2024**  
**Mensagem n.º 038/2024**

**APROVADO**  
**EM SESSÃO 20/05/2024**  
  
**Cilma Baitino de Sousa**  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 038 DE 09 DE MAIO DE 2024**

**1 – INTRODUÇÃO**

Trata-se do Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que “ **Dispõe sobre a locação de imóvel para os fins que menciona**”.

O Poder Executivo Municipal solicita autorização para a locação de imóvel para o funcionamento da **Secretaria Municipal de Finanças**, em atendimento à Lei Orgânica Municipal.

Ressaltamos que o imóvel objeto da locação será destinado para a instalação/mudança da **Secretaria Municipal de Finanças**, tendo em vista que o antigo imóvel está em reformas

Após pesquisa no mercado imobiliário da cidade, o município encontrou um imóvel comercial no **Bairro Centro à Rua Carajás nº 485. Apto II. 2º andar**, e que irá atender à contento à instalação da **Secretaria Municipal de Finanças**



## **2 – ANÁLISE DO3 PROJETO DE LEI**

### **2.1 – Autorização da Locação**

Pelos estudos realizados pela Comissão no **PL 038/2024**, vale ressaltar que a locação do imóvel se faz necessária para melhor acomodação dos servidores efetivos lotados na **Secretaria Municipal de Finanças**, razão pela qual foi encaminhado o presente Projeto de Lei, buscando autorização para tal locação.

Verificamos a existência de dotação orçamentária no QDD, dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social onde constatou-se recursos orçamentários previstos na **Lei nº4.806 de 19/12/2023** que **"Estima a Receita e fixa as Despesas do Município de Barra do Garças (MT) para o Exercício de 2024)** a existência de dotação orçamentária para a cobertura da referida despesa, senão vejamos:

| Reduzido | Elemento de Despesa   | Fonte de Recurso                            | Valor        |
|----------|---|---|--------------|
| 40       | 3390390000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica<br>Locação de Imóveis | 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos | 1.900.000,00 |

## **3 – PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Economia e Finanças analisou o **Projeto de Lei nº 038/2024** quanto ao aspecto técnico contábil, concluindo pelo atendimento às determinações impostas pelas leis orçamentárias existentes, **manifestando pela aprovação deste Projeto de Lei.**

Diante do exposto, no âmbito de competência desta Comissão não encontramos qualquer óbice a regular tramitação do presente Projeto de Lei referente ao exercício financeiro de 2024. Quanto ao mérito, cada um dos membros reserva-se ao direito de manifestar-se em Plenário.

**É o PARECER**

**Plenário Vereador Manoel Pereira Brito, em 09 de Maio de 2024**

**VER. RONAIR DE JESUS NUNES**  
Presidente



Estado de Mato Grosso  
Câmara Municipal de Barra do Garças  
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva  
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

|                   |
|-------------------|
| C. Mun. B. Garças |
| Fls. 015          |
| Ass. Dercy        |

  
VEREADOR HADEILTON TANNER ARAÚJO  
Membro

  
Vereador PAULO BENTO DE MORAES  
Membro

# VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 038/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

| VEREADORES                                  | PARTIDO | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|---|---------|-----|-----|-----------|
| CARPEGIANE GONZAGA DA SILVA LIONES          | PR      | X   |     |           |
| Dr. FLORIZAN LUIZ ESTEVES -Vice -Presidente | PRD     | X   |     |           |
| GABRIEL PEREIRA LOPES - Presidente          | MDB     | X   |     |           |
| GERALMINO ALVES R. NETO                     | PMB     | X   |     |           |
| HADEILTON TANNER ARAUJO                     | MDB     | X   |     |           |
| JAIME RODRIGUES NETO                        | UB      | X   |     |           |
| JAIRO GEHM – 1º Secretário                  | PMB     | X   |     |           |
| JAIRO MARQUES FERREIRA - 2º Secretário      | MDB     | X   |     |           |
| Dr. JOSÉ MARIA ALVES VILAR                  | UB      | X   |     |           |
| MURILO VALOES METELLO                       | PR      | X   |     |           |
| PAULO BENTO DE MORAIS                       | PL      | X   |     |           |
| PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO               | PMB     | X   |     |           |
| RONAIR DE JESUS NUNES                       | UB      | X   |     |           |
| VALDEI LEITE GUIMARÃES                      | PRD     | X   |     |           |
| WANDERLI VILELA DOS SANTOS                  | PRD     | X   |     |           |

RESULTADO DA VOTAÇÃO: MÉRITO

Aprovado por Unanimidade  
de vereadores presentes  
em sessão ordinária do

Dia 20/05/2024

[assinatura]  
Cilma Balduino de Souza  
Auxiliar Administrativo  
Portaria 13/1996

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 038, DE 09 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a locação de imóvel para os fins que menciona.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ADILSON GONÇALVES DE MACEDO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a iniciar, nos termos do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, processo licitatório para a locação de imóvel situado na Rua Carajás, 485, Apartamento III, 2º Andar, Centro, nesta cidade de Barra do Garças-MT, de propriedade do Sr. Edney Coelho de Freitas Melo, brasileira, portadora do RG nº 06919367, devidamente inscrita no CPF sob o nº 468.616.701-97, para uso e funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças. *(Incluído pela Emenda Modificativa nº 002, de 20 de maio de 2024).*

**Parágrafo único.** O valor mensal da locação deverá corresponder ao valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**Art. 2º** O prazo previsto para a locação será até o dia 31 de dezembro de 2024.

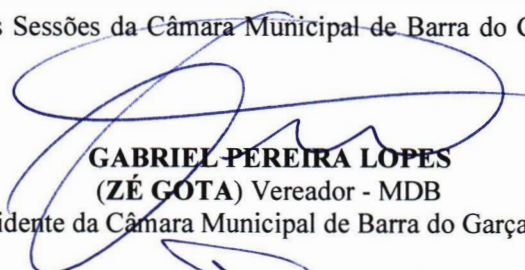
**Art. 3º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

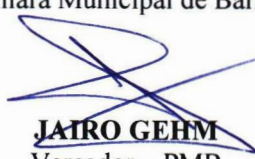
**Art. 3º-A** - Durante a execução desta lei, o Poder Executivo Municipal deverá observar as vedações contidas na Lei Federal nº 9.504/1997 e demais normas de caráter eleitoral (Legislação Eleitoral). *(Incluído pela Emenda Aditiva nº 028, de 10 de maio de 2024).*

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT, 21 de maio de 2024.

  
**GABRIEL PEREIRA LOPES**  
(ZÉ GOTA) Vereador - MDB  
Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT

  
**JAIRO GEHM**  
Vereador - PMB  
1º Secretário da Mesa Diretora